



A IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA E SUAS TERRITORIALIDADES

■ KARINA VIANNA CARDOSO*

RESUMO

O ESTUDO DA TERRITORIALIDADE DA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS RELIGIOSOS, CONSTITUI O CERNE DAS REFLEXÕES AQUI PRETENDIDAS, CONSIDERANDO, SOBREMANEIRA, O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO DO RECORTE ESPACIAL DETERMINADO.

NESTE SENTIDO, BUSCA-SE DESVENDAR AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR ESTA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA NO PROCESSO DE CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS CIDADES E SUA INFLUÊNCIA SINGULAR EM CADA LOCALIDADE, APROPRIANDO-SE DE TERRITÓRIOS E DIFUNDINDO SUAS TERRITORIALIDADES.

PALAVRAS-CHAVE: ESTADO DE SANTA CATARINA, DIOCESES, TERRITÓRIO RELIGIOSO, IGREJA CATÓLICA, TERRITORIALIDADE RELIGIOSA.

INTRODUÇÃO

O estudo detalhado da territorialidade religiosa aponta para a importância do reconhecimento acerca das estratégias de ocupação da Igreja Católica em um estado que se apresenta como singular no contexto da Região Sul do país. O estado de Santa Catarina, com uma população bastante expressiva, cuja economia desenvolvida reflete, sobremaneira, a organização sócio-econômica e espacial de seu território constituiu o alvo das considerações aqui engendradas.

As territorialidades religiosas adotadas foram estrategicamente implementadas com o objetivo maior de assegurar a manutenção da religião católica no referido recorte espacial, corroborando a singular influência da Igreja Católica na dinâmica da organização territorial, a partir da distribuição espacial dos seus territórios religiosos, as dioceses.

Notadamente, os desmembramentos aqui evidenciados também contribuíram para influenciar as relações sócio-espaciais tecidas neste espaço, na medida em que novas práticas devocionais acabam sendo incorporadas pela população que foi alvo das estratégias da Igreja Católica. Neste sentido, as alianças que a instituição religiosa estabelece com as camadas sociais, em especial com a classe média e com as elites dirigentes locais, são responsáveis por provocar transformações no conjunto da sociedade.

Por conseguinte, a segunda metade do século XIX, mais precisamente após a Proclamação da República e a separação entre a Igreja e o Estado, foi marcada pela vinda de padres franciscanos alemães, oriundos da Saxônia. Estes, de acordo com o autor Élio Serpa (1997), promoveram o projeto de romanização do catolicismo popular luso-brasileiro, praticado, principalmente pelos negros e índios, bem como pelos descendentes de portugueses que aportaram no estado de Santa Catarina, em especial nas regiões de Desterro, atual Florianópolis, Laguna e São Francisco do Sul.

No bojo do processo de romanização empreendido, os padres alemães visavam à atender as necessidades religiosas dos imigrantes alemães e italianos, assim como suprir a carência de padres no território catarinense e, conseqüentemente, impor uma atuação mais presente por parte da Igreja. Contudo, as resistências enfrentadas pelos novos empreendedores contribuíram para obstaculizar os intentos religiosos, principalmente na zona do planalto serrano, onde se destaca a cidade de Lages.

A criação das primeiras dioceses catarinenses dá-se então neste momento, devido à urgência em se fazer presente e conquistar espaços. A partir da diocese de Santa Catarina, criada em 1908, desmembrada da diocese de Curitiba, novos territórios religiosos são

desmembrados a fim de abarcar todo o estado de Santa Catarina e garantir o predomínio da religião católica.

Sendo assim, cada vez mais, novos espaços eram contemplados pelas estratégias religiosas, (re)configurando a organização territorial da Igreja. Torna-se relevante mencionar que as condições físico-naturais do estado permitiram o avançar da marcha do povoamento que, partindo do litoral, focou as primeiras correntes de colonização, cruzou o planalto serrano e alcançou o oeste catarinense, cuja ocupação mais recente também foi alvo de estratégias mais tardias por parte da Igreja.

A evolução dos núcleos populacionais no estado de Santa Catarina e as atividades por eles praticadas possibilitaram o desenvolvimento das economias locais, evidenciando, atualmente, importantes centros urbano-industriais, tais como Florianópolis, Lages, Joinville, Tubarão, Chapecó, Caçador, Rio do Sul, Joaçaba, Criciúma e Blumenau. Todos estes municípios constituem sedes das dioceses catarinenses e influenciam os municípios no seu entorno, confirmando as estratégias da Igreja em estabelecer os seus territórios religiosos em proeminentes cidades, capazes de polarizar extensas áreas.

Território, territorialidade e religião Católica Apostólica Romana no Brasil envolvem áreas de heterogeneidades culturais distintas, mas apresentam forte controle administrativo por intermédio das dioceses. Tais reflexões induziram ao interesse em reconhecer as estratégias de difusão da Igreja Católica e a lógica espacial de suas diferentes territorialidades no estado de Santa Catarina.

Admite-se que contextos sócio-espaciais distintos requerem estratégias territoriais também distintas para Santa Catarina. Para Rosendahl (2003), esta proposta permite compreender as *marcas* que a religião e seus símbolos produzem no território religioso. A idéia de território religioso remete-se inevitavelmente à perspectiva do poder mantido e reproduzido pela comunidade em suas territorialidades religiosas (Rosendahl, 2003).

A religião e seus arranjos espaciais imprimem *marcas* na paisagem – fixos e fluxos, segundo Santos (1991). Os fixos – territórios religiosos –, as configurações espaciais que os fluxos de homens religiosos realizam

ao traçar a fé no espaço, bem como as regras e rituais impostos ajudam a desvendar a relação intrínseca do sagrado com o espaço e com as formas de expressão da população devota.

Apreender as lógicas territoriais adotadas pela Igreja Católica na implantação da fé no espaço vem acompanhado da premência de se conhecerem as estratégias aplicadas. Busca-se, assim, o entendimento destas lógicas de importância ímpar na configuração territorial do estado. Cabe sublinhar que as relações entre geografia e religião devem ser realizadas, pois ambas “se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente” (Rosendahl, 2002, p. 11).

ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM SANTA CATARINA: ESTRATÉGIAS E DIFUSÃO DA FÉ

Face à distribuição espacial das dioceses no estado de Santa Catarina, torna-se importante compreender a criação e a (re)criação destes territórios religiosos mediante a demanda religiosa da população local, enquanto estratégias de atuação da Igreja Católica. Nesta conjuntura, originam-se as dioceses, podendo as mesmas acumular a função de arquidiocese nas cidades de importância político-administrativa.

Com o intuito de analisar a estrutura episcopal do estado, reflexões e estudos permitiram observar um total de 10 dioceses e 305 paróquias, as quais foram responsáveis pela difusão da Igreja Católica, estabelecendo, assim, um modelo de distribuição espacial e de gestão do território. Por conseguinte,

edifícios da Igreja, lugares sagrados, paróquias e dioceses são lugares e áreas separados por limites, dentro dos quais a autoridade e o acesso são controlados, constituindo-se em território religioso, onde o efeito do poder sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo (Rosendahl e Corrêa, 2003, p. 3).

Convém ressaltar que até a Proclamação da República, em 1889, a junção entre o Estado e a Igreja limitava significativamente uma atuação mais autônoma por parte das instituições religiosas, na medida em que religião, sociedade e cultura encontravam-se

fortemente inter-relacionadas e de forma que a obra de expansão da fé católica estava sempre permeada por elementos políticos, sócio-econômicos e culturais. A partir deste momento, a separação entre o Estado e a Igreja tornou-se imprescindível para ações mais concretas e mais bem definidas por parte de padres ao longo do território brasileiro mediante as diretrizes emanadas do Vaticano (Serpa, 1997).

O predomínio de um catolicismo luso-brasileiro no estado de Santa Catarina apresentava-se repleto de características próprias de devoção, de práticas religiosas, de organização e de celebração das festas, de formas de sociabilidade, de atividades pastorais, enfim, de um imaginário religioso próprio de uma população composta por índios e negros, além dos luso-brasileiros. Em meados do século XIX e início do século XX, a chegada dos imigrantes alemães e italianos, em sua maioria, contribuiu para alterar não só a paisagem cultural do estado, como também para introduzir aspectos e elementos europeus em uma sociedade tradicional, onde havia extrema dificuldade em distinguir os elementos cultural e político do religioso (Serpa, 1997).

Nesta perspectiva, o estado de Santa Catarina recebeu a presença de padres franciscanos da Saxônia, ou seja, padres alemães, cuja fé visava a promover a romanização¹ do catolicismo vigente, no bojo do processo de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas pelo recorte espacial destacado. Dentre estas transformações evidenciam-se a reorganização político-administrativa a partir do regime republicano, a disputa pelo domínio político do estado e a abolição da escravidão, reestruturando as relações de trabalho. Esta atuação que buscava reorientar a religiosidade do povo, bem como reformular a vida clerical, foi concretizada, principalmente, com o pedido dos bispos para elevar o número de dioceses, tornando ainda mais eficiente a ação pastoral (Serpa, 1997).

Este catolicismo europeizado logo se prontificou a estabelecer alianças com as classes sociais locais a fim de obter êxito no seu empreendimento. Para tanto, as camadas médias da população catarinense e as elites dirigentes, muito interessadas no processo de modernização de uma sociedade ainda pautada pelo

tradicionalismo, mostraram-se dispostas ao entrelaçamento com a Igreja, a fim de caminhar na direção de uma sociedade civilizada. As manifestações religiosas populares até o referido momento, as quais priorizavam as festas, as romarias, as procissões, a devoção aos santos e a benzedura, foram combatidas veementemente na busca por um ideal de nação civilizada, fundamentada nos padrões europeus de vida então implementados, bem como na política de embranquecimento da população, a partir da imigração.

Dessa forma, as ordens e congregações religiosas alemãs que aportaram no território catarinense pretendiam orientar e atender os católicos luso-brasileiros, bem como atender as necessidades religiosas dos imigrantes alemães e italianos situados nos vales do Itajaí-Açu e do Itajaí Mirim, mais ao norte, e no sul do estado, corroborando a propagação da fé católica e evitando, sobremaneira, a expansão do protestantismo. Não obstante, não se pode afirmar que ao engendrar estas relações de poder, a Igreja no estado de Santa Catarina, e em diferentes proporções em outras localidades, estivesse livre das resistências das camadas mais pobres da população, apesar do apoio empenhado pelas elites locais.

Da mesma maneira que os católicos luso-brasileiros não aceitavam um bispo alemão, os alemães se recusavam a estar sob a dominação de um bispo brasileiro. A eclosão de movimentos de ordem social, política e econômica como a Revolução Federalista, de 1893, e a Guerra do Contestado, de 1912 a 1916, incentivaram a participação das massas populares, as quais acabaram por sofrer intensa repressão policial, contando, sobretudo, com o apoio dos bispos e dos franciscanos, a fim de não comprometer a difusão do catolicismo romanizado (Serpa, 1997).

A situação apresentada corrobora uma vez mais a associação entre o poder político e o poder religioso. Esta resistência, contudo, não será aqui analisada, uma vez que se pretende neste estudo somente compreender as estratégias estabelecidas pela Igreja com o intuito de incorporar espaços ao seu projeto doutrinário, delimitando-os e hierarquizando-os na fé católica.

Esta Igreja, hierárquica, autoritária, rígida e centralizadora, assumiu uma postura organizacional que pregava a substituição do catolicismo popular e colonial por um catolicismo universalista constituído sobre as bases de novas práticas devocionais.

Cabe mencionar que Desterro, atual Florianópolis, e Laguna, ambas no litoral de Santa Catarina, e Lages, no planalto serrano do estado, foram os primeiros focos desta política de romanização da Igreja Católica Romana por terem sua população composta primordialmente de luso-brasileiros. Com o objetivo de se fazer presente no estado, a Igreja, através das orientações advindas de Roma, intensificou a criação de dioceses, destacando-se a de Curitiba, criada em 1892 e abrangendo os estados do Paraná e de Santa Catarina, e, alguns anos mais tarde, a de Santa Catarina², atualmente Arquidiocese de Florianópolis, criada em 1908, cujo bispo primeiro foi D. João Becker. No que tange à diocese de Santa Catarina, as principais razões que justificaram a sua criação foram

a religiosidade do povo catarinense, a existência de patrimônio, clero numeroso formado por 26 padres seculares e 60 regulares sendo este composto por 40 franciscanos, 10 da Companhia de Jesus e 08 do sagrado Coração de Jesus, grande número de estabelecimentos de ensino dirigido por Ordens e Congregações religiosas estrangeiras e elevado nº de associações religiosas (Boletim Ecclesiástico da Diocese de Corytiba, fev/mar. 1906 apud Serpa, 1997, p. 99).

A imposição dos territórios e territorialidades religiosos deu-se, principalmente, com a difusão da fé e das práticas devocionais populares, “visando reconhecer a Igreja enquanto instituição monopolizadora do discurso religioso, remodelando comportamentos, modificando manifestações religiosas e legitimando relações de poder” (Serpa, 1997, p. 38).

O mesmo autor aponta que, para barganhar e conquistar novos espaços, a Igreja Católica empenhou-se na criação de territórios religiosos, ampliando a sua atuação mediante a nomeação de bispos articulados a importantes grupos oligárquicos (Serpa, 1997). Além dos padres franciscanos oriundos da Alemanha e da Itália, em Santa Catarina destacaram-se as ordens femininas

tais como as Irmãs da Divina Providência que, posteriormente, espalharam-se por Blumenau, Lages, Tubarão e Laguna levando consigo a fé religiosa. Deve-se salientar que a presença dos bispos, das ordens religiosas e das irmandades, no âmbito das alianças com as elites dirigentes locais, era de importância ímpar para assegurar o controle religioso e garantir a expansão do processo civilizador (Serpa, 1997).

No planalto serrano, o predomínio do catolicismo popular português era responsável por práticas devocionais que em muito diferiam daquelas que a Igreja buscava instituir. Além disso, nesta porção do território catarinense, a Igreja praticamente não se fazia presente enquanto instituição até o empreendimento de romanização então proposto, quando o “atendimento religioso por parte da Igreja serviu-se do trabalho da Ordem Franciscana formada por elementos vindos da região da Saxônia, na Alemanha, que estabelecidos em Lages¹ em 1892, procuravam atender toda a região” (Serpa, 1997, p. 78). Até a implementação do projeto religioso de combate às manifestações religiosas populares, segundo este autor, Lages não havia sido contemplada com a presença de irmandades e confrarias, como em Desterro, Laguna e São Francisco do Sul.

Assim, os padres franciscanos que se dirigiram para esta localidade empenharam-se, sobremaneira, na catequese dos índios e tiveram que enfrentar muitos embates, pois se opuseram às práticas religiosas dos caboclos. Paulatinamente, eles se fixaram em Lages e buscaram se expandir para outros locais assumindo a direção de paróquias, como em Curitiba, Palmas, Canoinhas, Porto União e São Francisco do Sul. Somente em 1927, Lages foi contemplada com a criação de sua diocese.

Em Santa Catarina, as atividades missionárias permitiram, ainda que anteriormente à implantação das sedes diocesanas, o desenvolvimento de práticas do catolicismo romanizado responsáveis por difundir a fé católica, tão objetivada pela Igreja.

A problemática da escassez de dioceses no Brasil como um todo despertou, a partir da Proclamação da República, investidas para suprir a demanda religiosa da população. Neste ínterim, as dioceses no estado passaram a influenciar a organização sócio-espacial

catarinense, correspondendo a estratégias para expandir o discurso e as práticas religiosas (Serpa, 1997).

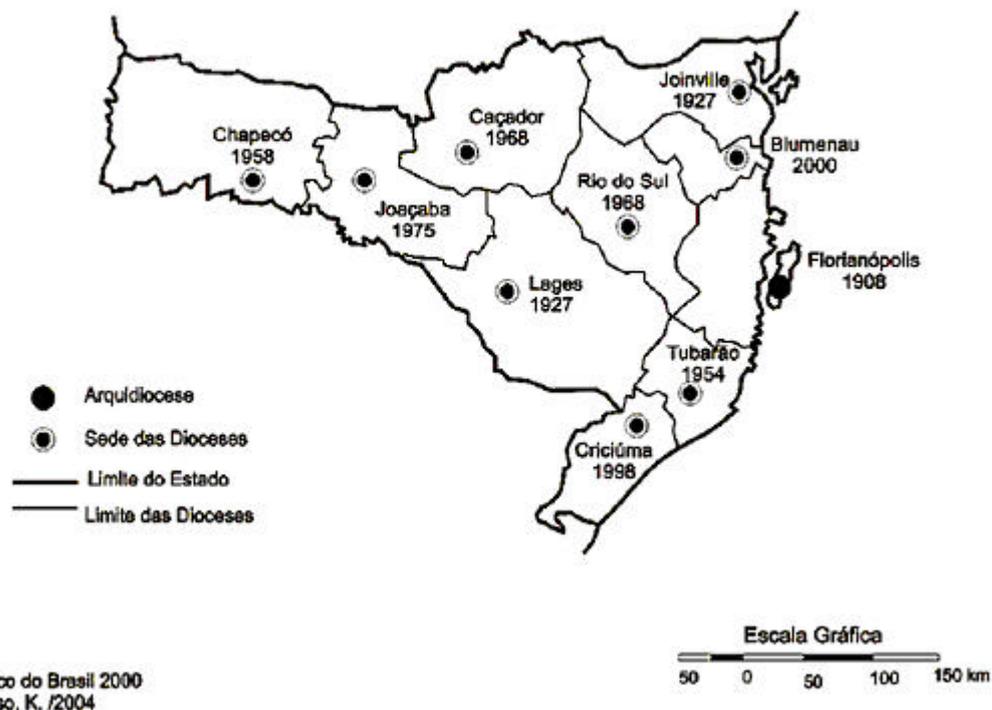
É imprescindível mencionar que o estudo do povoamento do estado como um todo motivou a compreensão da organização territorial religiosa predominante, com o intuito de revelar que as práticas espaciais da Igreja Católica não podem prescindir do processo de ocupação do estado de Santa Catarina.

A espacialização da Igreja Católica, através dos desmembramentos de territórios religiosos, as dioceses, a fim de satisfazer as necessidades religiosas da população, acompanhou o povoamento de Santa Catarina, o qual se iniciou no litoral, estabelecendo-se em Florianópolis, penetrou pelas áreas dos Campos Gerais, mais ao norte, e atingiu o oeste catarinense.

Ainda nesta perspectiva, os aspectos naturais do estado de Santa Catarina também se mostraram importantes, pois se apresentaram como fundamentais para o surgimento de núcleos populacionais que, atualmente, transformaram-se em grandes centros urbanos e abrigam as sedes das dioceses catarinenses, cuja influência religiosa se estende para além das suas fronteiras municipais. Além destes, outros centros econômicos dinâmicos no estado também merecem destaque, como Itajaí, Brusque, Balneário Camboriú, Navegantes, Camboriú, Araranguá, Itapema, entre outros.

O mapa 1 a seguir busca retratar de forma clara e conjunta a distribuição espaço-temporal das dioceses no estado de Santa Catarina.

MAPA 1: Distribuição Espaço - Temporal das Dioceses em Santa Catarina - Ano 2000



TEMPOS DE DIFUSÃO

Desvendar a origem e difusão das dioceses no estado de Santa Catarina, importância ímpar para compreender a organização territorial religiosa desta unidade federativa, permitiu a elaboração de tempos de difusão para melhor compreensão, totalizando quatro, os quais ajudam a clarificar um processo recente de distribuição espacial das dioceses.

Para tanto, foi adotado um centro de difusão inicial, com sede na Arquidiocese de Florianópolis que originou, em um primeiro momento, tempo um, chamado T1, as dioceses de Lages e Joinville (mapa 2). O tempo dois, T2, representando o segundo momento, caracterizou a criação das dioceses de Tubarão e de Chapecó (mapa 3).

Em um período de tempo posterior, o tempo três, T3, observa-se, por origem compartilhada, o surgimento

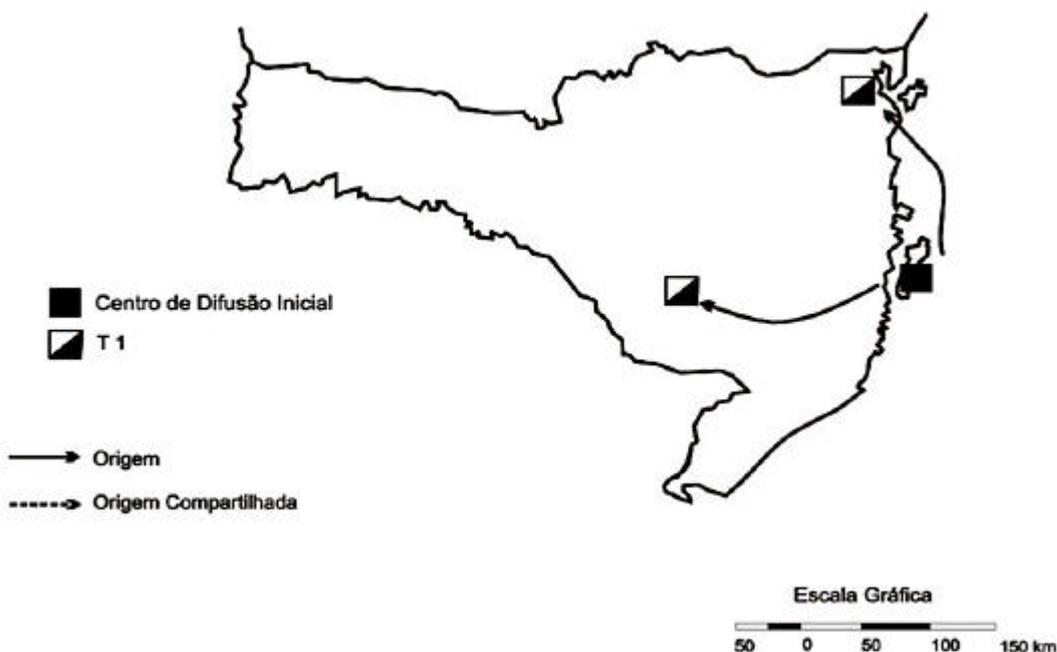
das dioceses de Rio do Sul, Caçador e Joaçaba (mapa 4). Por fim, no tempo quatro, T4, as dioceses de Criciúma e Blumenau são criadas (mapa 5), também por origem compartilhada, visando a atender interesses tardios da Igreja Católica.

O reconhecimento destes quatro momentos exigiu um trabalho empírico de elaboração de mapas que os representem separadamente para que, finalmente, o processo possa então ser apreendido em toda a sua complexidade.

No decorrer destes quatro tempos de difusão, esta poderosa instituição religiosa, corroborando uma lógica singular de atuação, implementou seus territórios religiosos até que todo o estado de Santa Catarina estivesse contemplado pelas suas estratégias de ocupação.

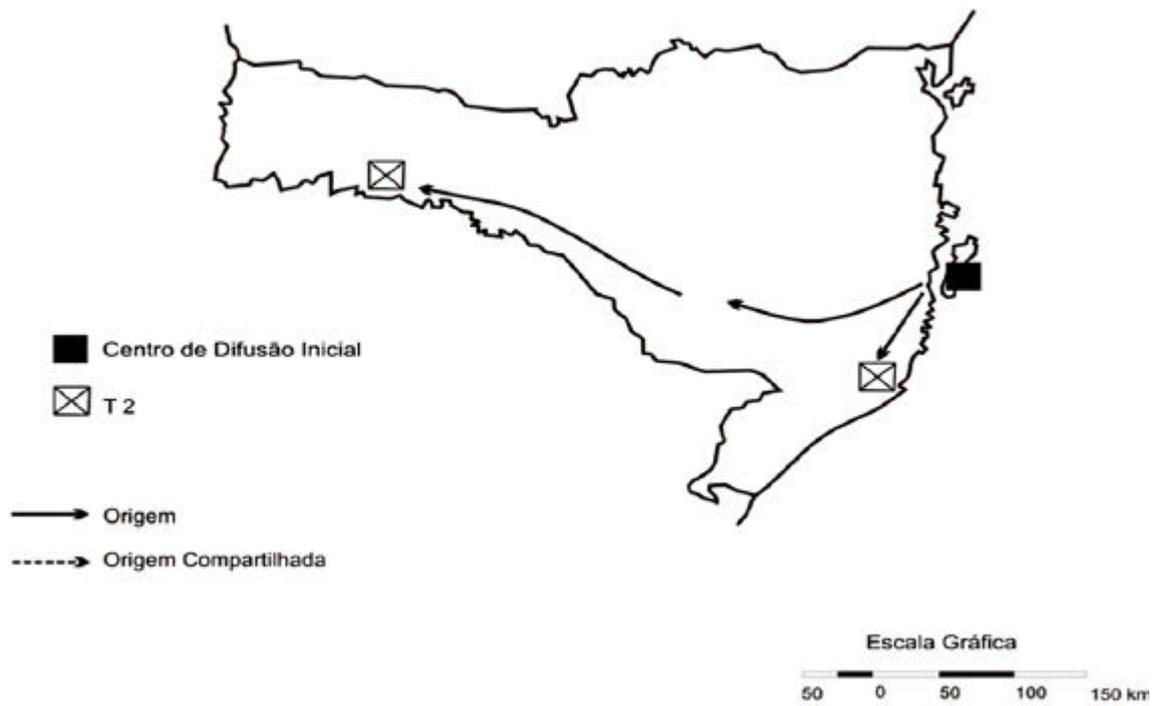
MAPA 2: Centro de Difusão Inicial e Tempo 1 -

Arquidiocese de Florianópolis e Dioceses de Lages e Joinville



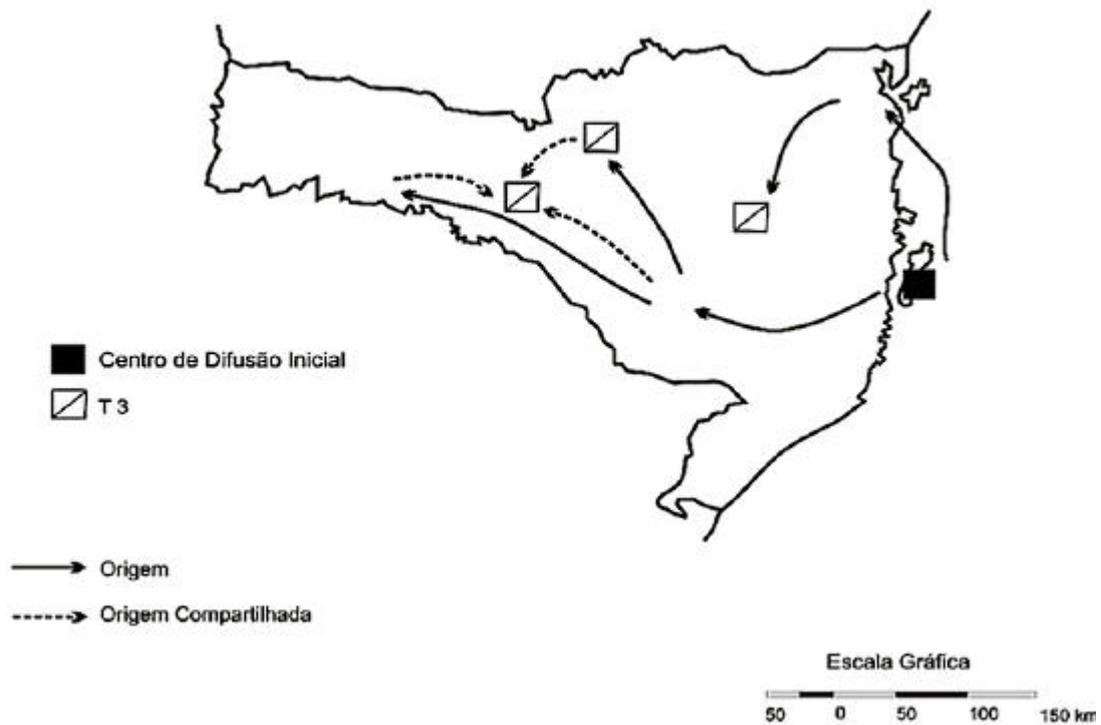
Fonte: Anuário Católico do Brasil 2000
Elaborado por Cardoso, K. /2004

MAPA 3: Tempo 2 - Dioceses de Tubarão e Chapecó



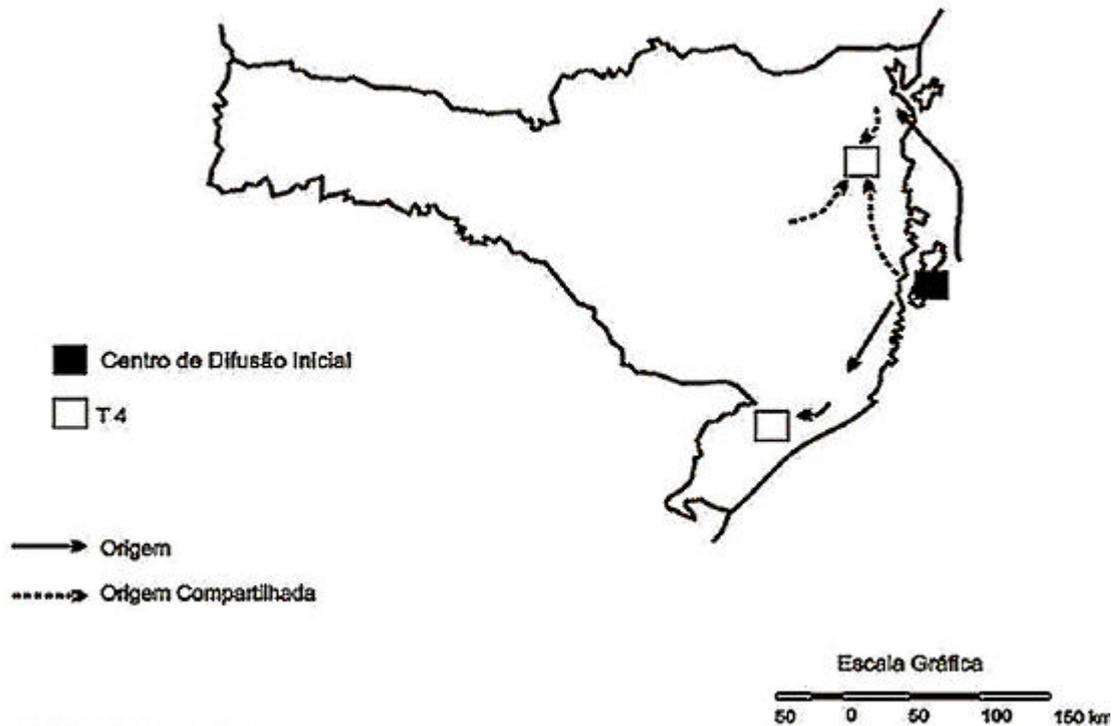
Fonte: Anuário Católico do Brasil 2000
Elaborado por Cardoso, K. /2004

MAPA 4: Tempo 3 - Dioceses de Caçador, Rio do Sul e Joaçaba



Fonte: Anuário Católico do Brasil 2000
Elaborado por Cardoso, K. /2004

MAPA 5: Tempo 4 - Dioceses de Criciúma e Blumenau



Fonte: Anuário Católico do Brasil 2000
Elaborado por Cardoso, K. J2004

Sublinha-se que nas localidades onde as dioceses ainda não haviam sido criadas, a demanda religiosa das populações locais era atendida pelas dioceses já instituídas nos municípios próximos. Nesta linha de raciocínio, em um primeiro momento, até o surgimento da diocese de Santa Catarina, em 1908, desmembrada da então diocese de Curitiba, responsável pela difusão da fé católica no estado do Paraná e no estado de Santa Catarina.

No entanto, a partir de 1908, a expansão da religião católica no estado catarinense passa a ser realizada pela sua primeira diocese criada: Florianópolis. Após sua elevação à categoria de Arquidiocese, foram criadas as dioceses de Lages e Joinville que passaram a servir a uma extensa área que exigia paulatinamente práticas religiosas mais presentes por parte da Igreja Católica.

Na medida em que o estado de Santa Catarina tinha seus limites ampliados com a expansão do processo de povoamento, a Igreja se fazia notar, contemplando-o com novos desmembramentos. Os territórios religiosos

criados já na segunda metade do século XX, como Caçador e Joaçaba, passaram a exercer uma influência religiosa em municípios que até o referido momento eram agraciados pelas dioceses de Lages e de Chapecó, criadas em 1927 e 1968, respectivamente.

No caso de Blumenau e Criciúma, ainda que seus municípios tenham sido criados em meados do século XIX, anteriormente a outros municípios que foram primeiramente contemplados pelas práticas espaciais da Igreja Católica, suas dioceses denotaram estratégias recentes, pois a demanda religiosa de suas populações era até então suprida por dioceses já implementadas como Joinville e Rio do Sul, e Tubarão, respectivamente.

Este processo confirma, mormente, a expansão da fé católica a partir de territorialidades demarcadas e delimitadas pelas dioceses. Neste contexto, o crescimento dos núcleos populacionais exigiu a presença mais veemente da religião católica no estado de Santa Catarina com o intuito de satisfazer as

necessidades religiosas da população. Assim, do mesmo modo que a organização sócio-espacial do estado influencia as estratégias da Igreja de criação e recriação dos territórios religiosos, as práticas desta instituição também afetam significativamente as relações sociais construídas e tecidas no espaço.

No âmbito deste cenário, cabe sublinhar que, atualmente, a maior parte destes importantes centros constitui sede das dioceses fundadas pela Igreja Católica, no decorrer do século XX, exercendo significativa influência sobre os municípios que orbitam ao seu redor, a saber: Florianópolis, a capital do estado, Joinville e Blumenau, proeminentes centros industriais, Lages, com destaque para a pecuária e para a indústria madeireira, Criciúma e Tubarão, pólos da indústria do carvão, e Chapecó, cuja economia está baseada, principalmente, na extração de madeira de pinho (IBGE, 1959).

Convém salientar mais uma vez que, ainda que nem todos os centros urbano-industriais do estado abriguem sedes de dioceses, todas as sedes de dioceses encontram-se em importantes centros urbano-industriais.

As considerações sobre o processo de povoamento, permitem inferir que, no que tange ao oeste catarinense, os fluxos migratórios também assumiram grande relevância e contribuíram para incentivar ainda mais o crescimento de núcleos urbanos já constituídos na porção leste do estado. Este incremento populacional verificado nos municípios do leste catarinense com a presença das correntes migratórias permite compreender as estratégias tardias da Igreja Católica para a implantação das dioceses de Criciúma e Blumenau, em 1998 e 2000, respectivamente.

O leste de Santa Catarina deve ser ressaltado, no âmbito das migrações recentes, devido ao predomínio dos deslocamentos interurbanos, enquanto sua porção oeste apresenta a preponderância das migrações inter-rurais. Tais fluxos migratórios têm modificado e alterado, sobremaneira, a estrutura urbana das cidades. No período de 1991 a 1996, a porção oriental do estado

recebeu a maior quantidade de migrantes, oriundos, em sua maioria, da própria unidade da federação, dos outros estados que compõem a Região, e, em menor proporção, das Regiões Sudeste e Nordeste.

Nesse tocante,

(...), esses aspectos gerais, uma vez mais, demonstram as diversidades regionais, em grande parte baseada no processo histórico de ocupação, estabelecendo-se a distinção entre o Rio Grande do Sul, já estabilizado demograficamente e em processo de urbanização, e Santa Catarina e Paraná, onde o processo de urbanização é o dominante a leste, e o da expansão das frentes de ocupação agrícola a oeste (Magnanini e Mayor, 1977, p. 195).

Assim, diferentemente do oeste catarinense, na sua parte leste, "o grande crescimento urbano global seguiu um processo já antigo de expansão de uma malha densa de cidades, advindas da colonização européia e que evoluiu para a constituição da principal área industrializada do estado" (Magnanini e Mayor, 1977, p. 241).

No caso dos centros regionais de Santa Catarina, enumeram-se tanto os deslocamentos urbanos-urbanos, como os rurais-urbanos e alguns fluxos pouco expressivos de destino e de origem rurais e sublinha-se atração similar, destacando os totais recebidos pelas áreas mais industrializadas do nordeste do estado, a saber:

Blumenau (35.491 migrantes) e Joinville (34.022) superiores aos do litoral (Criciúma e Tubarão 20.862, Itajaí 24.624), da área em processo de industrialização de Lages (26.253 migrantes) e a da própria capital estadual (27.034 migrantes). (...). Na migração externa para essas Microrregiões sente-se ainda mais fortemente a atração urbana, pois os deslocamentos a partir de outros Estados são constituídos geralmente por mais de 90% de migrantes de destino urbano e com origem urbana principalmente. Joinville e Blumenau são os principais

centros industriais de Santa Catarina e em Florianópolis, capital político-administrativa, predominam as atividades Terciárias (Magnanini e Mayor, 1977, p. 198).

A citação acima permite apreender que estas áreas mais industrializadas, conforme mencionado, foram receptoras de expressivas correntes migratórias e, na configuração territorial religiosa do estado, constituem sedes das dioceses fundadas pela Igreja Católica, ao longo do século XX, o que atesta, mormente, a importância destes fluxos para as estratégias de atuação mais recentes da referida instituição.

As dioceses de Criciúma e Blumenau, criadas somente em fins do século XX, foram então contempladas pela Igreja Católica, a fim de atender este incremento populacional verificado com o recebimento de migrantes, apesar de já terem sido colonizados desde o século anterior, principalmente, por colonos de origem européia.

Nesta perspectiva, em sintonia com os desmembramentos dos territórios religiosos pela Igreja Católica, o processo de expansão do povoamento no decurso dos séculos XVII a XX, e a conseqüente evolução urbana do estado nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 corroboram a expansão da malha urbana no decorrer dos anos, partindo do leste do estado para sua porção oeste. Desse modo, o processo de povoamento está diretamente relacionado ao caminho da fé e suas territorialidades católicas.

O estudo das dimensões de análise das redes geográficas realizado por Corrêa (2001) permite classificar a rede das instituições religiosas como as dioceses católicas segundo a dimensão organizacional, referente à "configuração interna da entidade estruturada em rede, abrangendo os agentes sociais, a origem da rede, a natureza dos fluxos, a função e finalidade da rede, sua existência e construção, sua formalização e organicidade" (2001, p. 109). Nesta

linha de raciocínio, a rede geográfica religiosa em Santa Catarina apresenta-se enquanto agente social dotado de uma organização interna.

As estratégias de atuação da Igreja Católica acompanharam a expansão urbana, atendendo não apenas a demanda religiosa da população, assim como seus próprios objetivos de propagar e garantir a manutenção da religião católica no estado de Santa Catarina e no Brasil como um todo. Os desmembramentos dos territórios religiosos evidenciados nesta pesquisa foram resultado de uma territorialidade religiosa cada vez mais bem definida e demarcada na medida em que a evolução do povoamento assim o exigia.

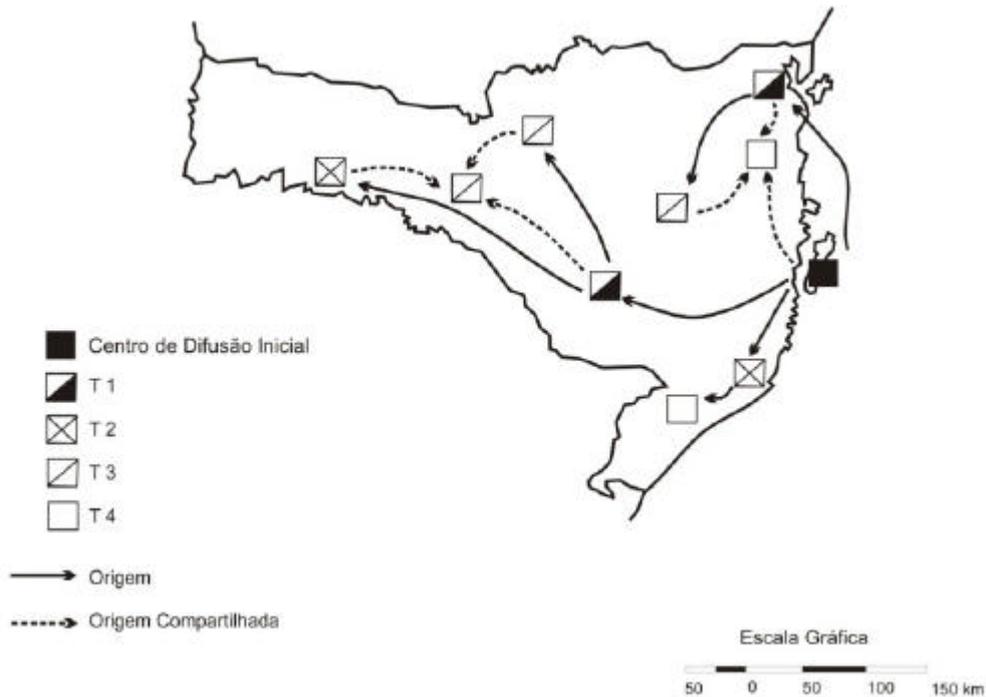
O mapa 6, a seguir, pretende apresentar a origem e a difusão da Arquidiocese e dioceses no estado de Santa Catarina em concordância com a ocupação impulsionada, sobretudo, pela colonização européia. Convém frisar que este mapa, bem como os mapas que caracterizam cada tempo de difusão, é o resultante empírico das análises teóricas privilegiadas neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer o fenômeno religioso, seus símbolos e seus significados conferidos ao espaço torna-se premente para que o território religioso seja então compreendido em meio às preocupações com a materialização da fé e com as marcas responsáveis por identificar e delimitar um certo território. Assim, conforme Rosendahl explicita, a religião apropria-se efetiva ou afetivamente dos espaços, na busca por analisar "o comportamento estratégico adotado por minorias religiosas, dentro de domínios religiosos maiores e a mistura de comunidades religiosas em áreas de transição" (Rosendahl, 2003, p. 201).

A proposta da geógrafa Rosendahl (2003) de abordar religião, território e territorialidade vem enriquecendo os estudos da geografia brasileira, tornando-a mais pluralista, mais rica. Sendo assim, o estudo da temática contribui efetivamente para colocar em evidência o papel da ação humana no viés da geografia da religião.

MAPA 6: Origem e difusão: Arquidiocese e Dioceses no Estado de Santa Catarina - 2000



Fonte: Anuário Católico do Brasil 2000
Elaborado por Cardoso, K. /2004

Tornou-se deste modo relevante focalizar a espacialidade da Igreja Católica no estado de Santa Catarina e reconhecer suas diferentes territorialidades no decorrer do tempo. Compreender seus objetivos, estratégias e meios para alcançá-los apresentou-se mais do que instigante, pois as diferenciações espaciais nos estados brasileiros corroboram a necessidade de articulações também diferenciadas na criação de paróquias, dioceses, prelazias e arquidioceses, as quais variam de acordo com a evolução histórica de cada localidade.

Nesse tocante, é visto que tais objetivos e práticas se alteram de acordo com a intencionalidade dos agentes envolvidos nessas relações, os quais interferem na construção de territórios diversos em

diferentes escalas espaciais. Quem controla quem e com quais objetivos tornam-se questões pertinentes, na medida em que a história das territorialidades está essencialmente arraigada ao espaço. As estratégias principais da Igreja Católica de difundir sua territorialidade através da criação e desmembramento de dioceses em Santa Catarina possuem também uma intencionalidade que pode ser alterada ao longo de uma escala temporal, visando, primordialmente, à difusão da fé católica.

A Igreja Católica, no bojo dos interesses por ela pretendidos, assistiu aos desdobramentos do povoamento do estado para então assegurar sua influência, o que não quer dizer que até então esta instituição assumisse uma postura de negligência para

com a demanda religiosa da população local. Ao contrário, até a criação da primeira diocese no estado, a Igreja Católica já se fazia presente, embora desprovida de territorialidades delimitadas. A evolução dos municípios de Florianópolis, Lages, Joinville, Tubarão, Chapecó, Rio do Sul, Caçador, Joaçaba, Criciúma e Blumenau, e sua transformação em expressivos centros da economia catarinense exigiram, sobremaneira, a adoção de práticas espaciais religiosas representativas em um estado de projeção na economia nacional.

A despeito de pretender abarcar todas as possíveis formas de compreensão acerca da difusão da Igreja Católica e suas territorialidades no estado de Santa Catarina, esta pesquisa buscou resgatar uma delas no processo de colonização e evolução do povoamento, com o objetivo de apontar sua relevância na organização territorial religiosa mediante a criação de territórios religiosos, as dioceses.

* MESTRANDA EM GEOGRAFIA PELA UFRJ; GRADUADA EM GEOGRAFIA PELA UERJ; BOLSISTA DO NEPEC DE 2003 A 2005; O ARTIGO É RESULTADO DE MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO, ORIENTADA PELA PROF^a. DR^a. ZENY ROSENDAHL.
E-MAIL: karinarj@globocom

NOTAS

¹ Bolsista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Espaço e Cultura - NEPEC, de 2003 a 2005. Este artigo é resultado de monografia de conclusão de curso, orientada pela Prof^a. Dr^a. Zeny Rosendahl.

¹ Romanização refere-se à expansão e propagação de normas e condutas da Igreja Católica Apostólica Romana como estratégia de unificar os distintos catolicismos existentes no Brasil (Rosendahl, 2003).

² Consoante o autor Élio Serpa (1997, p. 99), "no processo de criação da diocese de Santa Catarina a lista de assinantes foi encabeçada pelo então governador do Estado, Antônio Pereira de Oliveira, senadores, deputados federais, prefeito e ocupantes de cargos no poder público estadual e municipal".

³ "Cabia a Lages [...] no planalto, o título de 'capital política' de Santa Catarina, pela tradição de seus representantes e laços afetivos com o Rio Grande do Sul e pelo fato de ter dado dois governantes para o Estado durante a 1ª República: (...) Lages, portanto, talvez mais que Florianópolis, era o baluarte político catarinense, (...)" (Corrêa, c. h., 1984 apud Serpa, 1997, p. 146).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 304p.
- IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XXXII Volume. Rio de Janeiro, 1959. 428p.
- MAGNANINNI, Ruth da Cruz; MAYOR, Ariadne Soares Souto. População. In: IBGE. *Geografia do Brasil. Região Sul*. IBGE, 1977. Volume 5. 534p. pp. 143-258.
- ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, NEPEC, 2002. 92p.
- _____. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p. pp. 187-224.
- ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil - 1800 e 1930*. TEXTOS NEPEC. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. 25p.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997. 246p.

ABSTRACT

THE STUDY OF THE TERRITORIALITY OF THE CATHOLIC CHURCH IN THE BRAZILIAN STATE OF SANTA CATARINA THROUGH THE CREATION OF RELIGIOUS TERRITORIES CONSTITUTES THE CORE OF THE REFLECTIONS HERE INTENDED, TAKING INTO FOREMOST CONSIDERATION THE PROCESS OF POPULATION AND COLONIZATION OF THE SPACE CONCERNED. IN THIS SENSE, THIS STUDY AIMS AT INVESTIGATING BOTH THE STRATEGIES ADOPTED BY THE AFOREMENTIONED RELIGIOUS INSTITUTION IN THE PROCESS OF THE FOUNDATION AND EVOLUTION OF TOWNS AND CITIES AND ITS SINGULAR INFLUENCE IN EACH LOCATION, TAKING OVER TERRITORIES AND SPREADING ITS TERRITORIALITY.

KEYWORDS: SANTACATARINA STATE, DIOCESES, RELIGIOUS TERRITORY, CATHOLIC CHURCH, RELIGIOUS TERRITORIALITY.